



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 14ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA - PR

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República adiante assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e com fundamento no inquérito policial nº5002816-42.2015.4.04.7000 (IPL 136/2015-SR/DPF/PR), vem oferecer **DENÚNCIA** em face de:

ANDRÉ LUIS BALDISSERA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, nascido em 20/08/1981, natural de Xanxerê/SC, filho de Antonio Claudio Baldissera e Inês Pastore Baldissera, portador do RG nº 2876869/SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 007.005.439-88, residente na Rua Dep Heitor Alencar Furtado, 3600, ap. 204, bairro Mossunguê, Curitiba/PR, CEP 81200-980 (evento 227, DECL2 p.1/5, do IPL);

DANIEL GONÇALVES FILHO, brasileiro, casado, servidor público federal, nascido em 27/05/1958, natural de Maringá/PR, filho de Daniel Gonçalves e Floripes Gomes Gonçalves, portador do RG nº 1.802.136/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 240.236.809-82, residente na Rua Niccolo Paganini, 55, bairro Vista Alegre, Curitiba/PR, CEP 80820-180 (evento4, DESP1, p.16/19, e evento 86, MANDPRISAO137, p.01, do IPL);

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

DINIS LOURENÇO DA SILVA, brasileiro, união estável, servidor público federal, nascido em 03/03/1950, natural de Amparo/SP, filho de Lourenço Torres da Silva e Terezinha Aparecida Bertolini da Silva, portador do RG nº 4365669/DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 067.562.551-34, residente na Rua T 64, 928, Setor Bueno, Goiânia/GO, com endereço profissional na Praça Cívica, 100, Centro, Goiânia/GO (evento 227, DECL4, p. 1 /4, do IPL);

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, brasileiro, casado, servidor público federal, nascido em 02/08/1952, natural de Goiânia/GO, filho de Maria Ana de Assis, portador do RG nº 202048/SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 166.557.961-72, residente na Avenida C, QD. 18, LT 11, sobrado 01, bairro Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74805-070, com endereço profissional Ministério da Agricultura, Praça Cívica, 100, Centro, Goiânia/GO (evento 90, AUTOCIRCUNS201, p. 1, do IPL);

JOSÉ ANTONIO DIANA MAPELLI, brasileiro, casado, advogado, nascido em 12/03/1973, natural de Presidente Prudente/SP, filho de Reynaldo Mapelli e Vera Maria Rodrigues Mapelli, portador do RG nº 17920138-4/SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 177.913.948-98, residente na Rua José Kormann, 204, sobrado 10, bairro Ahú, Curitiba/PR, com endereço profissional na Av. Cândido de Abreu 660, conj. 1308, bairro Centro Cívico, Curitiba/PR (evento 86, DECL35, p. 1/2, do IPL);

MARIA DO ROCIO NASCIMENTO, brasileira, solteira, servidora pública federal, nascida em 30/08/1952, natural de Curitiba/PR, filha de Emílio Nascimento e Olga Bettega Nascimento, portadora do RG nº 8479453/SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 299.582.379-20, residente na Rua João Alencar Guimarães 1086, bairro Santa Quitéria, Curitiba/PR, com endereço profissional na Rua José Veríssimo, 420, bairro Tarumã, Curitiba/PR (evento 233, DECL4, p.1, do IPL);

NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES, brasileira, servidora pública federal, nascida em 02/01/1970, filha de Maria Aguiar de Magalhães, inscrita no CPF sob o nº 715.275.836-00, residente na Rua Colômbia, 335, bairro Sion, Belo Horizonte/MG, CEP 30320-010;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, economista, nascido em 10/06/1978, natural de Itajaí/SC, filho de Domingos Ricardo dos Santos e de Edemir Nogueira dos Santos, portador do RG nº 3217978/SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 019.854.899-02, residente na Rua Alexandre Calami, 80, bairro Jaguaré, São Paulo/SP (evento 227, DECL14, p.1/9, do IPL); e

WELMAN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA, brasileiro, casado, médico veterinário, nascido em 24/03/1980, natural de Aracaju/SE, filho de Watyson Alves de Oliveira e Luzi Mary Paixão Silva Oliveira, portador do RG nº 1428598/SSP/SE, inscrito no CPF sob o nº 794.666.485-00, residente na Rua T-64, 960, Ed. Casa Blanca, Torre Ilza, bairro Setor Bueno, Goiânia/GO, com endereço profissional na Av Lago Azul, Sn, Fazenda Caveiras, bairro Setor Nova Esperança, Goiânia/GO, CEP 74470-040 (evento 91, DECL6, p. 1/3, do IPL).

Pelo seguinte:

Corrupção passiva, corrupção passiva privilegiada, prevaricação e concussão – MARIA DO ROCIO NASCIMENTO, JOSÉ ANTONIO DIANA MAPELLI, DANIEL GONÇALVES FILHO e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS – BRF S/A - Paraná

Em 15/02/16, 18/02/16, 22/02/16 e 02/03/16, em Curitiba-PR, MARIA DO ROCIO DO NASCIMENTO, agindo com consciência e vontade, em razão de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/PR, da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, solicitou, para si e para EDUARDO LUIZ ZGODA, vantagem indevida, de BRF S/A, através de RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da empresa, consistente na emissão e fornecimento de documento particular ideologicamente falso.

A vantagem indevida solicitada por MARIA DO ROCIO correspondia à contrafação de um recibo particular, de emissão pela pessoa jurídica BRF S/A, com data certamente retroativa, onde constaria declaração ideologicamente falsa de que a servidora pública federal e o fiscal federal agropecuário EDUARDO LUIZ ZGODA teriam supostamente ressarcido a empresa de custos por esta arcados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

razão de uma viagem de ambos à Europa em junho de 2011 - ressarcimento este que, de fato, não ocorreu.

No mesmo contexto fático, entre fevereiro e março de 2016, JOSÉ ANTONIO DIANA MAPELLI, advogado de MARIA DO ROCIO, associando-se, com consciência e vontade, à conduta delituosa de sua constituinte e afastando-se do regular exercício profissional, buscou insistentemente se encontrar, de maneira disfarçada, em locais públicos - certamente receoso de eventual gravação ambiental - , com advogados representantes da BRF S/A , perante os quais reapresentaria o pleito ilícito do fornecimento, pela empresa, do recibo falso.

Ainda, em 18/02/16, 22/02/16, 23/02/16, 25/02/16 e 07/03/16, em Curitiba-PR, para incitar os empregados da pessoa jurídica BRF S/A a fornecer mencionado documento falso, MARIA DO ROCIO NASCIMENTO, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/PR, da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, praticou atos de ofício, infringindo dever funcional, ao dar trâmite prioritário e preferencial a processos administrativos de interesse da referida empresa, cedendo a pedidos feitos, com vontade e consciência da sua ilicitude, através de contatos telefônicos, por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS.

Depois, considerando que as solicitações indevidas da servidora pública e o privilégio dado por ela aos processos da BRF S/A não surtiram efeito a viabilizar a obtenção do recibo falso, em 06/05/16, em Curitiba-PR, DANIEL GONÇALVES FILHO, agindo com consciência e vontade, exigiu, diretamente, em razão de seu cargo de fiscal federal agropecuário, da referida pessoa jurídica, através de contato telefônico mantido com RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da empresa, vantagem indevida para os servidores públicos federais MARIA DO ROCIO NASCIMENTO e EDUARDO LUIZ ZGODA, consistente na emissão e fornecimento do mencionado documento particular ideologicamente falso.

MARIA DO ROCIO NASCIMENTO instigou o servidor público federal DANIEL GONÇALVES FILHO a executar a prática ilícita em questão, tendo, desta forma, com consciência e vontade, exigido, indiretamente, em razão de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Animal – SIPOA/PR, da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, a vantagem indevida da empresa BRF S/A.

A vantagem indevida exigida por DANIEL e MARIA DO ROCIO correspondia à contrafação do já referido recibo particular, por parte da pessoa jurídica BRF S/A, com data retroativa, onde seria inserida declaração ideologicamente falsa de que a servidora pública federal e o fiscal federal agropecuário EDUARDO LUIZ ZGODA teriam supostamente ressarcido a empresa de despesas por ela custeadas,, de uma viagem de ambos à Europa em junho de 2011 - ressarcimento que efetivamente não ocorreu.

Mencionado recibo falso, objeto da solicitação e exigência de vantagem indevida, seria utilizado para o cometimento de fraude processual, em processo administrativo disciplinar do Ministério da Agricultura e no inquérito policial 5057647-45.2012.4.04.7000 (IPL nº 1435/2012-4-SR/DPF/PR – cópia parcial no apenso eletrônico 4 do IPL), onde se apura a possível prática ilícita relacionada ao recebimento de vantagem indevida da empresa BRF S/A, consistente no pagamento da viagem em questão.

Por fim, considerando que o privilégio dado aos processos da BRF S/A não surtiu efeito em viabilizar a obtenção do documento falso, e para reforçar a exigência indevida, MARIA DO ROCIO NASCIMENTO, em junho de 2016, em Curitiba-PR, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/PR, da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, retardou, indevidamente, a prática de atos de ofício, atrasando despachos em processos administrativos de interesse da referida empresa, para satisfazer interesse pessoal, consistente na obtenção do documento falso que serviria como álibi na apuração disciplinar e criminal que respondia.

Comprovam a materialidade e autoria da prática de corrupção passiva as conversas telefônicas regularmente monitoradas com autorização desse Juízo nos autos 5062179-57.2015.4.04.7000¹, identificadas como 80441695.WAV – AC/2D,

¹ Os Autos Circunstanciados (ACs) referidos na presente denúncia constam do procedimento nº 5062179-57.2015.4.04.7000, nos seguintes eventos: AC/1 - Evento 57; AC/2 - Evento 93; AC/3 - Evento 123; AC/4 - Evento 154; AC/5 - Evento 190; AC/6 - Evento 222; AC/7 - Evento 251; AC/8 - Evento 297; AC/9 - Evento 317; AC/10 - Evento 335; AC/11 - Evento 370; e AC/12 - Evento 397.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

80466937.WAV – AC/2C, 80466988.WAV – AC/2C, 80468132.WAV – AC/2C,
80512836.WAV – AC/3C, 80526855.WAV – AC/3D, 80527562.WAV – AC/3C,
80527659.WAV – AC/3C, 80555734.WAV – AC/3C, 80673807.WAV – AC/3C,
80674003.WAV – AC/3D, 80691775.WAV – AC/3C, 80715492.WAV – AC/3C,
80762923.WAV – AC/3C, 80775561.WAV – AC/3D, 80775634.WAV – AC/3D,
80769896.WAV – AC/3C, 80781399.WAV – AC/3D e 80788479.WAV – AC/3C.

Ainda, comprovam a materialidade e autoria da prática de concussão e prevaricação as conversas telefônicas regularmente monitoradas com autorização desse Juízo nos autos 5062179-57.2015.4.04.7000, identificadas como 81840423.WAV – AC/7C, 81841287.WAV – AC/7C, 81855279.WAV – AC/7C, 81905874.WAV – AC/7C, 81907617.WAV – AC/7C, 81921331.WAV – AC/7C e 82563543.WAV – AC/8C.

Ainda, citem-se os depoimentos de JOSÉ ANTONIO DIANA MAPELLI (evento 86, DECL35 p. 01/02, do IPL) e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS (evento 227, DECL14, p.1/9, do IPL) e as declarações escritas de JOSÉ ROBERTO PERNOMIAN RODRIGUES (evento 112, PET1, do IPL).

Corrupção passiva privilegiada – MARIA DO ROCIO NASCIMENTO e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS - BRF S/A - Paraná

Em 15/02/16, 13/05/16, 09/08/16 e 11/08/16, em Curitiba-PR, MARIA DO ROCIO NASCIMENTO, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/PR, da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, praticou atos de ofício, infringindo dever funcional, ao dar trâmite prioritário e preferencial a processos administrativos de interesse da pessoa jurídica BRF S/A, dentre os quais os processos 000012378/1976-73, 21034003962/2016-79 e 21034003811/2016-11 e o processo até o momento identificado como “projeto Garden” (provavelmente *Kitchen Garden Project*), cedendo a pedidos feitos, com vontade e consciência da sua ilicitude, através de contatos telefônicos, por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS – empregado da empresa.

Comprovam a materialidade e autoria da prática de corrupção passiva privilegiada as conversas telefônicas regularmente monitoradas com autorização

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

desse Juízo nos autos 5062179-57.2015.4.04.7000, identificadas como 80441695.WAV – AC/2D, 81766857.WAV – AC/7C, 83746048.WAV – AC/10C e 83770739.WAV – AC/10C.

Corrupção passiva privilegiada, corrupção ativa e passiva – DINIS LOURENÇO DA SILVA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, WELMAN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA, RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS e ANDRÉ LUIS BALDISSERA - BRF S/A - Goiás

Entre 28/04/16 e 02/05/16, em Goiânia-GO, DINIS LOURENÇO DA SILVA, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuário e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/GO, da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, praticou atos de ofício, infringindo dever funcional, ao obstar indevidamente o trâmite de proposta técnica de suspensão da habilitação da planta industrial da pessoa jurídica BRF S/A, em Mineiros-GO, cedendo a pedidos feitos, com vontade e consciência da sua ilicitude, através de contatos telefônicos e encontro pessoal, por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da empresa.

Depois, ainda em 02/05/16, em novo encontro pessoal ocorrido em Goiânia-GO, DINIS LOURENÇO DA SILVA, agindo com consciência e vontade, solicitou, em razão de seu cargo de fiscal federal agropecuário e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/GO, da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, vantagem indevida, consistente em pagamento em dinheiro, à BRF S/A, através de RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da pessoa jurídica, para que praticasse ato de ofício, em violação de dever funcional, consistente na manutenção de funcionamento e certificação sanitária internacional da planta industrial da empresa em Mineiros-GO.

No mesmo contexto fático, em 02/05/16, em Goiânia-GO, RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da empresa BRF S/A, agindo com consciência e vontade, prometeu pagar a vantagem indevida solicitada por DINIS LOURENÇO DA SILVA, consistente em pagamento em dinheiro, o que determinou o servidor público a praticar ato de ofício, em violação de dever funcional.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

A vantagem indevida, solicitada e prometida, primeiramente identificada como “apoio político”, correspondia ao valor de trezentos mil reais, que, segundo DINIS, seria utilizado para fins partidários e eleitorais no pleito municipal de 2016.

Na segunda reunião de 02/05/16, DINIS estava acompanhado do médico veterinário cedido ao Ministério da Agricultura WELMAN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA, seu assessor informal, que, com consciência e vontade, ratificou o pedido ilícito de apoio econômico para fins partidários e eleitorais.

A promessa de recursos para fins partidários e eleitorais, feita por RONEY, contou, depois, mas ainda no dia de 02/05/16, através de contato telefônico, com a aprovação, dolosa e consciente, do diretor da BRF ANDRÉ LUIS BALDISSERA.

Assim, considerando a anuência recebida de ANDRÉ BALDISSERA, agindo com consciência e vontade, RONEY reforçou a promessa de vantagem indevida, em novos contatos telefônicos mantidos, em 05/05/16, com o fiscal federal agropecuário FRANCISCO CARLOS DE ASSIS e com o veterinário cedido ao Ministério da Agricultura WELMAN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA, nos quais vinculou a manutenção do compromisso de entregar a vantagem à continuidade do funcionamento e certificação internacional da fábrica de Mineiros-GO.

Desta forma, embora, em contato telefônico ocorrido meses depois, em 12/09/16, ANDRE BALDISSERA tenha se retratado de sua anuência à promessa de doação eleitoral ilegal da pessoa jurídica BRF S/A, fato é que a sua aprovação anterior, feita em 02/05/16, redundou na ratificação, por RONEY, em 05/05/16, da promessa de vantagem, perante os servidores públicos FRANCISCO e WELMAN, com acima referido.

O início dos contatos espúrios entre DINIS LOURENÇO DA SILVA e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS havia sido intermediado e instigado pelo servidor público federal FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, que, entre 30/04/16 e 02/05/16, em Goiânia-GO, agindo com consciência e vontade, não só antecipou ao chefe do SIPOA/GO os pleitos indevidos de RONEY, patrocinando os interesses da BRF S/A perante o gestor público, como também orientou o empregado da empresa de que DINIS era propenso a aceitar ofertas ilícitas, participando, portanto da prática de corrupção.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Tendo cometido tal violação de dever funcional, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, em 02/05/16, em Goiânia-GO, agindo com consciência e vontade, no exercício do cargo de fiscal federal agropecuário, solicitou, então, através de contato telefônico, vantagem indevida, consistente em alimentos, para si e também para DINIS, à BRF S/A, na pessoa de RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da empresa, o qual, de imediato, também com consciência e vontade, prometeu entregar a vantagem indevida solicitada.

Depois, em 05/05/16, em Goiânia-GO, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, agindo com consciência e vontade, novamente patrocinou os interesses da BRF S/A perante o chefe da SIPOA/GO, após ter sido instigado, com consciência e vontade, por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, através de contato telefônico, no sentido de que a suspensão da produção e certificação internacional da planta industrial de Mineiros-GO ocorresse apenas parcialmente.

Em semelhante sentido, ainda em 05/05/16, em Goiânia-GO, também atuou o veterinário credenciado WELMANN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA, que, com consciência e vontade, patrocinou os interesses da BRF S/A perante DINIS LOURENÇO DA SILVA, instigado por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, mediante contato telefônico, para que a produção e certificação da planta industrial de Mineiros-GO fosse apenas parcialmente suspensa.

A finalidade das solicitações e promessas das vantagens indevidas foi obstar indevidamente a suspensão do funcionamento e certificação sanitária internacional da planta industrial da empresa BRF S/A em Mineiros-GO, sugerida pela fiscalização, em razão de várias irregularidades apuradas no âmbito do processo administrativo SEI 21020.001527/2016-69 (relatório 01/2010/2016), referentes à contaminação por *salmonella* – inclusive identificada por autoridades europeias -, impropriedades estas que foram relevadas por DINIS LOURENÇO DA SILVA, apesar dos argumentos técnicos por ele consignados no Memorando 203/2016/SIPOA-GO (SEI 0365206 – processo 21020.001621/2016-18), mas certamente com o propósito específico de atender os pedidos indevidos de RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS.

Demonstram a materialidade e autoria delituosas os processos administrativos SEI 21020.001527/2016-69 (relatório 01/2010/2016), 21020.001621/2016-18 (Memorando 203/2016/SIPOA-GO) e 21020.001198/2017-37 (relatório

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

02/SIF1010/2017), anexados ao evento 329, ANEXO23 a ANEXO 27, evento 330, ANEXO1, p.07/18, do IPL, e evento 331, ANEXO11, p.17, a ANEXO12, p.22.

Também demonstram a materialidade e autoria delituosa as conversas telefônicas regularmente monitoradas com autorização desse Juízo nos autos 5062179-57.2015.4.04.7000, identificadas como 81664372.WAV – AC/6C, 81667984.WAV – AC/6C, 81697405.WAV – AC/6C, 81718791.WAV – AC/6C, 81725285.WAV – AC/6C, 81734631.WAV – AC/07C, 81741482.WAV – AC/07C, 81746503.WAV – AC/7C, 81758540.WAV – AC/7C, 81777880.WAV – AC/7C, 81801385.WAV – AC/7C, 81816764.WAV - AC/07C, 81817587.WAV - AC/07C, 81817765.WAV – AC/07C, 81817670.WAV – AC/07C, 81818009WAV – AC/07C, 81916817 – AC/07C, 81923268.WAV – AC/07C, 81923386.WAV – AC/07C, 81989595 – AC/07C, 83001193.WAV – AC/9D e 83026823.WAV – AC/9D.

Ainda, citem-se os depoimentos de WELMAN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA (evento 91, DECL6 , p. 1/3 do IPL), DINIS LOURENÇO DA SILVA (evento 227, DECL4, p. 1 /4, do IPL), ANDRE LUIS BALDISSERA (evento 227, DECL2 p.1/5, do IPL) e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS (evento 227, DECL14, p.1/9, do IPL).

Corrupção passiva privilegiada e violação de sigilo funcional - NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS – BRF S/A – Minas Gerais

Entre fevereiro e março de 2016, em Belo Horizonte-MG, NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/MG, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, praticou atos de ofício, infringindo dever funcional, ao propor, aos setores responsáveis do referido órgão público, a remoção de ofício do fiscal federal agropecuário FERNANDO GONÇALVES SANTOS, do Serviço de Inspeção Federal/SIF 121, na planta industrial da BRF S/A em Uberlândia-MG, cedendo a pedidos feitos, com vontade e consciência da sua ilicitude, por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado referida empresa.

Igualmente, em julho de 2016, NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/MG, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, praticou atos de ofício, infringindo dever funcional, ao dar trâmite prioritário e preferencial ao processo administrativo até o momento identificado como 35.722016-96, de interesse da pessoa jurídica BRF S/A, cedendo a pedidos feitos, com vontade e consciência da sua ilicitude, por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS.

Ainda em agosto de 2016, em Belo Horizonte-MG, NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/MG, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, permitiu, mediante empréstimo de sua senha pessoal e intransferível, o acesso não autorizado ao sistema eletrônico de informações do Ministério da Agricultura (SEI), por RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, empregado da empresa BRF S/A, cedendo a solicitação deste, feita com vontade e consciência da sua ilicitude.

Por fim, em 09 de setembro de 2016, NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES, agindo com consciência e vontade, no exercício de seu cargo de fiscal federal agropecuária e chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/MG, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, praticou ato de ofício, infringindo dever funcional, ao atribuir a RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, representante da pessoa jurídica BRF S/A, a elaboração de minuta de ato administrativo de sua responsabilidade, relativo à habilitação para exportação do estabelecimento objeto do Serviço de Inspeção Federal/SIF 121, o qual, depois de formatado, encaminhou para trâmite administrativo.

Novamente NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES agiu por instigação de RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS, que contatou a servidora pública por meio telefônico e, agindo com consciência e vontade, solicitou prioridade no atendimento do requerimento administrativo de sua empregadora.

Comprovam a materialidade e autoria da prática de corrupção passiva privilegiada e violação de sigilo funcional as conversas telefônicas regularmente monitoradas com autorização desse Juízo nos autos 5062179-57.2015.4.04.7000, identificadas como 80447919.WAV – AC/2D, 80547434.WAV – AC/3D, 80665534.WAV – AC/3D, 80784232.WAV – AC/3D, 80784505.WAV, 83079395.WAV – AC/9C,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

83146822.WAV – AC/9C, 83721640.WAV – AC/10C, 84101364.WAV – AC/11C e 84160692.WAV – AC/11D.

Ainda, citem-se os depoimentos de ANDRE LUIS BALDISSERA (evento 227, DECL2 p.1/5, do IPL) e RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS (evento 227, DECL14, p.1/9, do IPL).

Conclusão e requerimentos:

Assim agindo, os denunciados se fizeram incursores nos seguintes tipos penais:

ANDRE LUIS BALDISSERA: Arts.330, parágrafo único, e 29, do Código Penal;

DANIEL GONÇALVES FILHO: Art.316, do Código Penal;

DINIS LOURENÇO DA SILVA: Art.317, §§1º e 2º, do Código Penal;

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS: Art.317, §§1º e 2º, do Código Penal;

JOSÉ ANTONIO DIANA MAPELLI: Arts. 317, §1º, e 29, do Código Penal;

MARIA DO ROCIO DO NASCIMENTO: Arts.316, 317, §§1º e 2º, e 319, todos do Código Penal;

NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES: Arts.317, §2º, 325, §1º, I, e 71, todos do Código Penal;

RONEY NOGUEIRA DOS SANTOS: Arts. 317, §2º, 325, §1º, I, 330, parágrafo único, 29 e 71, todos do Código Penal; e

WELMAN PAIXÃO SILVA OLIVEIRA: Art.317, §§1º e 2º, do Código Penal.

Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer o recebimento da presente denúncia e o processamento dos denunciados até final condenação,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

com a decretação da perda dos cargos públicos, fixação de valor mínimo de reparação de danos e confisco do produto direto e indireto da prática delituosa. Requer, ainda, a oitiva das duas testemunhas adiante arroladas e a oportuna juntada dos laudos referentes aos exames periciais solicitados pela autoridade policial e pendentes de conclusão e dos documentos e informações requisitados ao Ministério da Agricultura, conforme ofício do evento 329, OFIC2, do IPL.

Se admitida a presente denúncia, requer abertura de vistas para análise do cabimento da suspensão condicional do processo em favor da denunciada NAZARETH AGUIAR MAGALHÃES.

Curitiba-PR, em 20 de abril de 2017.

ALEXANDRE MELZ NARDES
Procurador da República



Documento eletrônico assinado digitalmente.

Data/Hora: 20/04/2017 17:15:02

Signatário(a): **ALEXANDRE MELZ NARDES MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

ROL DE TESTEMUNHAS:

1. PÉRICLES PESSOA SALAZAR, brasileiro, casado, aposentado, nascido em 20/07/1948, natural de Curitiba/PR, filho de Salatiel Binde Salazar e Maria da Conceição Pessoa Salazar, portador do RG nº 696375-7/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 139.399.989-15, residente na Rua Margarida Dallarmi, 315, casa 14, bairro Santa Felicidade, Curitiba/PR, CEP 82.015-690 (qualificação e declarações no evento 86, DECL69, p. 1/3) e
2. JOSÉ ROBERTO PERNOMIAN RODRIGUES, brasileiro, casado, advogado, nascido em 04/09/1968, natural de Dracena/SP, filho de Manoel Rodrigues e Delmira Pernomian Rodrigues, portador do RG nº 19.329.287-6/SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 058.787.588-73, residente na Rua Mário Guastini, 308, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05420-010, com endereço profissional na Rua Hungria, 1400, bairro Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01455-000 (qualificação no evento 91, DECL32, p.01/02; declarações escritas no evento 112, PET1, do IPL).